

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 869 - de 2 a 16 de julho de 2020



Guedes e Toffoli:
confabulações

Bolsonaro e Toffoli
"na paz"

Senado aprovou
privatizar a água

Escória bolsonarista ataca o povo negro

As abjetas declarações do presidente de Fundação Palmares

Retirada das biografias de Zumbi, Carolina de Jesus e André Rebouças do site da Fundação Palmares e as falas racistas do seu presidente Sérgio Camargo foram alvos de protestos do Movimento Negro, PT e sindicatos. Camargo coleciona polêmicas: afirmou que a “escravidão foi benéfica”, chamou o movimento negro de “escória” e associou o Rap ao crime, dentre outros absurdos.

Ao atacar o povo negro à frente da fundação que deveria promover e preservar sua história ele age, no fundo, como um “capitão do mato” aplicando a política assassina do governo Bolsonaro.

Enquanto o índice de homicídios cometidos pela polícia aumenta durante a pandemia, o presidente da fundação nega a luta dos antepassados da nação. Não se pode apagar esta história, como já diz os

Racionais MC's, “o negro sem orgulho é fraco e infeliz/ Como uma grande árvore que não tem raiz”.

Este governo só tem a morte para oferecer ao povo negro. Não toma medidas face ao coronavírus - faltam leitos e hospitais, testes, programas sociais - e incentiva mais violência. O povo negro é atingido pela fome ou pela bala da polícia.

Vendaval contra o racismo

Vem das ruas um vendaval de indignação do povo negro que encurrala o sistema capitalista desde os Estados Unidos. A raiva explode nas ruas derrubando estátuas de traficantes de escravos e genocidas ao redor do mundo. No Brasil, a retomada das ruas manda um recado ao presidente da Fundação Zumbi dos Palmares de que não vai abandonar os símbolos e conquistas das lutas do

povo negro do Brasil. Além de tentar matar os negros, querem apagar sua história. Mas, as manifestações antirracistas que acontecem mostram que, também aqui, “não conseguimos respirar” e há uma resistência. É o que expressa cartazes que dizem: “foram nos matar em casa, por isso estamos nas ruas”. É a voz daqueles que não tem condições de garantir nem distanciamento, quem dirá isolamento social.

É importante reforçar esse movimento de retorno organizado às ruas para dar um basta ao genocídio da juventude negra, para dar um fim ao governo que retira direitos, aumenta o desemprego onde os negros são os mais atingidos. Como dizia Steve Biko, “capitalismo e racismo são duas faces da mesma moeda”, e este



Manifestante na Av. Paulista 31 de maio de 2020

governo é a tentativa desesperada do 1% da população de salvar este sistema que está podre.

Derrubar este governo é mais uma batalha para o povo negro ao lado dos trabalhadores e suas organizações.

Matheus Mascarenhas

Flexibilização aprovada na UFMT

A pressão aumenta para ensino à distância nas federais

No dia 16 de junho, o conselho de ensino da Universidade Federal do Mato Grosso aprovou por 27 votos a 17 a flexibilização das aulas, com quatro abstenções. A decisão libera a oferta de disciplinas da grade curricular a partir de tecnologias da informação e comunicação, o tal ensino remoto, enquanto durar a pandemia. O conselho se reúne novamente para discutir a forma da flexibilização a partir de uma minuta.

A pró-reitora de ensino, Lisiane Pereira, afirmou que a universidade precisa unir forças para aprovar um Plano de Inclusão Digital visando garantir o acesso dos estudantes em vulnerabilidade. Mas executar tal plano não é requisito para a flexibilização da minuta a ser apresentada, portanto não está garantido o acesso

aos estudantes.

Na opinião de Rodolfo, do núcleo Juventude Revolução do PT de Cuiabá-MT, não é errado utilizar tecnologias na educação, mas a melhor alternativa era “fazer a oferta de disciplinas optativas e atividades complementares ajudando os estudantes a manterem uma rotina de estudos sem obrigar ninguém a cursar o semestre de forma flexibilizada”.

Política do MEC

Essa tentativa de implementar EaD se soma ao sufoco nas universidades devido aos cortes e manutenção da EC 95, além da suspensão de 40% das verbas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A proposta discutida na UFMT tem como base a portaria nº 345 do

Ministério da Educação, que autorizou a transferência das atividades remotas para o ambiente virtual e, recentemente atualizada por outra (nº 544 de 16 de junho) estende o ensino remoto até o fim do ano. A pressão aumenta em diversas instituições federais para utilização do ambiente virtual para atividades acadêmicas. Mas é grande a desigualdade de acesso à internet, e o governo, que nem ministro da Educação tem, já demonstrou que não quer resolver a questão.

Lutar pelos direitos

Não dá para concordar com retirada de direitos! Na UFSC, o Diretório Central decidiu apoiar o semestre letivo online com garantia de acesso a todos, só não disse como isso

acontecerá. Uma moção animada pelo núcleo da JRdoPT alerta, no entanto, que isso não será possível com a quantidade de dificuldades materiais e o orçamento reduzido da universidade. 36,5% dos estudantes não foram alcançados pelo formulário lançado sobre o tema.

As entidades estudantis como CAs e DCEs estão chamadas a combater em defesa dos direitos dos estudantes: ensino é presencial, EaD só atividade complementar com acesso a todos. Esta é uma luta nacional contra o desmonte da educação e pelo Fora Bolsonaro pela qual a UNE é a principal responsável. O sinal verde já foi dado nas ruas pelas manifestações com presença destacada dos jovens.

Katrin

90% das verbas de pesquisa estão bloqueadas

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) está com 90% de seus recursos bloqueados pelo governo Bolsonaro. Quem afirma é o próprio Ministro da Ciência e Tecnologia, em sabatina no Congresso Nacional em 24/6.

O FNDCT é o principal fundo de financiamento público às pesquisas científicas no país. Mesmo com o avanço descontrolado da pandemia do coronavírus no Brasil, o governo se recusa a liberar recursos que poderiam estar sendo usados

em laboratórios nas universidades públicas para pesquisas de remédios, vacinas e mesmo para a realização de testes para detectar o vírus.

Antes da pandemia, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) afirmava que o Brasil vive um “cenário desastroso” para a ciência e pesquisa. O FNDCT tem um orçamento aprovado no valor de R\$ 5,2 bilhões, mas R\$ 4,2 bilhões estão bloqueados em nome do ajuste fiscal.

Para maquiagem a situação catastrófica, o governo concedeu crédito

suplementar de R\$ 466,5 milhões para pesquisa científica no combate ao coronavírus, o que representa menos de 12% do dinheiro que está bloqueado no FNDCT.

O resultado é que diversos cientistas e estudantes de pós-graduação que, por conta própria, decidiram voltar seus estudos para o combate ao vírus são obrigados a fazer vaquinhas, pedir doações e até usar o seu próprio dinheiro para tocar as pesquisas.

Diversos casos mostrando isso foram publicados na imprensa. Na

Unicamp, por exemplo, o Instituto de Biologia está fazendo testes para coronavírus com os recursos do próprio laboratório e usando estudantes e funcionários que se voluntariaram a ajudar. Outro laboratório, na mesma universidade, está arrecadando doações para financiar pesquisa de antivirais. Na UFRJ, estudantes e professores sem recursos do governo abriram um site para arrecadar doações para suas pesquisas sobre a doença.

Cristiano Junta

Apaziguou?

Os urros de Bolsonaro diminuíram nos últimos dias, num recuo obrigado, recurso sempre utilizado para continuar com seu plano.

Como num jogral, os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Câmara e Congresso e outros, entoam o cântico do apaziguamento com Bolsonaro. Como se o objetivo há um ano e meio por eles perseguido, de “domesticação” do monstro para cuja eleição contribuíram, tivesse sido atingido.

Seria ingênuo, não fosse oportuno aos interesses representados por estas instituições, crer em tal apaziguamento.

Bolsonaro tem um plano e dele não abriu mão. Os que o criaram têm interesses a preservar e tentam passar a sensação de “alívio”, para prosseguir a tarefa atribuída a Bolsonaro e seu ministro Guedes. Assim, mesmo quando a pandemia escancarou as condições medievais de acesso à água e esgoto em que vive grande parte da população, o Senado aprovou novo marco regulatório do saneamento básico, entregando estes serviços ao capital privado.

Com a continuidade deste governo, a crise sanitária, econômica e política, jogando o povo trabalhador numa situação deplorável, se aprofunda e com novos ingredientes.

Depois da ruptura da ala “lavajatista”, com a saída de Moro, agora a “guerra” entre os procuradores da Lava Jato e a Procuradoria

Geral da República só explicita, ainda mais, a podridão do Judiciário, subserviente aos interesses imperialistas, como comprovam as novas denúncias da ingerência do FBI, órgão do Departamento de Justiça (DoJ) dos EUA, na operação Lava Jato. De olho nas riquezas nacionais e sedentos da destruição dos direitos e conquistas dos trabalhadores – por isso a perseguição a Lula e ao PT - desde o DoJ, forjaram a operação, executada com a complacência da turma toda que hoje se beneficia

NÃO HÁ PAZ COM UM GOVERNO INFECTO, É PRECISO RETOMAR AS RUAS

da política de Guedes.

Por isso, movimentos ditos “democráticos” não falam em impeachment. Temem que ao mexer uma peça caia todo o arcabouço montado para garantir, por exemplo, a formalização do emprego sem direitos, o que Paulo Guedes quer fazer com a carteira verde amarela, ou a destruição de serviços públicos que a pandemia mostra ser mortal para a maioria oprimida.

Temem porque veem que, pouco a pouco,

os trabalhadores vão indo à luta. A greve nacional dos entregadores de aplicativos em 1º de julho foi um primeiro grito de uma categoria super-explorada e, a depender desta turma que criou Bolsonaro, é modelo ideal para garantir o lucro do capital. Estes entregadores, trabalhadores individualizados dito empreendedores, fizeram uma ação coletiva, exigindo direitos comuns. É na ação coletiva, por baixo, que se pode abrir a verdadeira perspectiva da paz para o povo: o fim deste governo, a recuperação dos direitos, a defesa e expansão dos serviços públicos, medidas concretas contra a destruição da Amazônia, recuperação das empresas estatais, como a Petrobras, alvo principal da Lava Jato. Enfim, a democracia para servir aos interesses da maioria oprimida e da soberania da nação.

Nesta direção, a profusão de manifestos e calendários é um elemento de confusão que não ajuda a dar a confiança necessária aos jovens, trabalhadores e a todos que são vítimas do governo.

As manifestações de rua, como de maio e junho, precisam ser retomadas. Com todos os cuidados sanitários, para impor a maior medida de segurança sanitária: livrar o país deste governo infecto. É preciso unificar. O PT, e também a CUT, têm aí um lugar maior a ocupar.

Enquanto prosseguir os ataques de Guedes e Bolsonaro, não haverá paz.

NOTAS

Atrasos no auxílio emergencial...

O primeiro lote de pagamentos do auxílio de R\$600,00 aprovado em março ocorreu entre 9 e 30/4, para apenas parte dos requerentes. Depois, os pagamentos subsequentes só atrasaram. A segunda parcela, prevista para começar a ser paga dia 27/4 só foi depositada em 20/5 e ficou bloqueada nas contas até 30/5. Já a terceira parcela, teve um atraso superior a 30 dias - além dos problemas para acessar ao aplicativo - à parte aqueles que recebem o auxílio como participantes do bolsa família, que estão sendo pagos.

... e fraudes.

Em meados de maio foi revelado pela imprensa que milhares de militares haviam recebido indevidamente o auxílio. Depois o Ministério da Defesa informou que 73.242 militares receberam o dinheiro do programa indevidamente. Mas, não se falou nada, se os militares fraudadores iriam ser obrigados a devolver o dinheiro. Após o escândalo, apenas 23.643 deles, até meados de junho, haviam devolvido os pagamentos fraudulentos.

Pior, eles não são os únicos que o governo está pagando indevidamente. O Instituto Locomotiva divulgou dados de uma sondagem onde

afirma que um terço dos entrevistados com renda que não lhes daria direito a receber o auxílio se inscreveram no programa, destes 69% receberam. Ao mesmo tempo, outra pesquisa com moradores de favelas, que teriam direito a receber, mostra que dentre eles 39% tiveram os auxílios negados.

Continuidade do auxílio

O General Luiz Eduardo Ramos anunciou em 25/6 a extensão do pagamento do auxílio por mais 3 meses, reduzido para R\$ 500, R\$ 400 e R\$300 por mês, sucessivamente. Pressionado, o governo mudou de ideia e decidiu (em 30/6) pagar uma extensão de apenas 2 meses no valor de R\$600,00.

Desmatamento continua acelerando

O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulgou novos dados que mostram que entre 1 e 21/6 um novo recorde de incêndios na Amazônia foi registrado. Foram 1.469 focos de incêndio, 30,5% a mais do que no ano passado. O incêndio na floresta é um índice do aumento do desmatamento, já que ele é uma etapa no processamento da área desmatada. Os dados confirmam que há uma aceleração no desmatamento da Amazônia.

Memória

GREVE DE PETROLEIROS DEFENDE AS ESTATAIS

Os petroleiros de Campinas e Paulínia entraram em greve, na madrugada de quarta-feira, contra o “pacote” que ataca os trabalhadores das empresas estatais. Com isso, os petroleiros se colocaram na vanguarda da mobilização nacional dos funcionários que se levantaram contra o pacote desde o primeiro momento. Uma mobilização real, (...) como mostram as assembleias massivas realizadas nas principais capitais do país. E, sobretudo, como mostrou a manifestação de 50 mil trabalhadores no Rio de Janeiro, dia 23 de junho. (...) Na quarta-feira, na parte da tarde, o governo interveio no Sindicato dos Petroleiros de Campinas, cujo presidente é também secretário-geral do Partido dos Trabalhadores. [Jacó Bittar]

O Trabalho nº 206 - 7/7/1983

ATENÇÃO: a data na capa está 7 a 14 de junho de 1983, mas por erro. O correto seria 7 a 14 de julho de 1983.

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus



PT Paraná ignora atos de rua

Resolução da CNB e DS não menciona manifestações e MS orienta a não participar

No dia 13 de junho, a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, compareceu à Plenária Nacional do Diálogo e Ação Petista. Em sua saudação, disse, referindo-se às manifestações de rua contra Bolsonaro: “Não podemos nos omitir. Quem está indo às ruas são as pessoas que foram escolhidas para morrer, mas escolheram lutar para viver”.

No dia seguinte, numa atitude corajosa, Gleisi participou do ato pelo Fora Bolsonaro na Avenida Paulista. Menos de 24 horas

depois, a Executiva estadual do PT do Paraná aprovou uma resolução na qual deliberadamente ignora as manifestações.

A omissão explica-se. Em seu informe à reunião, o líder do PT na Câmara, Ênio Verri (como tal, membro da Executiva nacional do PT), fez questão de afirmar que a presença de Gleisi no ato tinha sido uma “decisão pessoal” e que o PT, apesar de publicamente apoiar os atos, não está tomando a iniciativa de convocá-las nem recomenda a

participação. Com essa senha, formou-se na Executiva estadual uma ampla maioria composta por CNB e DS (Democracia Socialista).

“Diferente” foi a posição da MS (Militância Socialista), cuja proposta de resolução recomendava a não participação nos atos, porque isso elevaria o risco de contágio da Covid. Só faltou dizerem que os atos presenciais pelo Fora Bolsonaro são o que Bolsonaro defende que se faça.

O DAP propôs o apoio às manifestações e que o PT tomasse as

iniciativas devidas, com todos os cuidados exigidos pela situação. Não adiantou. A maioria resolveu que não era com ela e, duas semanas depois, a resolução nem foi publicada.

A presença da classe trabalhadora, dos jovens, do povo das periferias nas ruas é condição para impedir um acordo “por cima” por parte da classe dominante, com o objetivo de manter e aprofundar as medidas de Bolsonaro/Guedes.

Roberto Salomão

Belo Horizonte, prévia vai escolher a candidatura

O Trabalho assina manifesto em apoio a Nilmário Miranda

Desde janeiro, com a vinda de Lula a Belo Horizonte, se discute a necessidade de uma candidatura própria do PT. E, se afirmar as candidaturas do PT é uma necessidade após a derrota infringida ao partido em 2016, em Belo Horizonte isso é ainda mais verdadeiro. O desastroso apoio ao Marcio Lacerda em 2008 dividiu o partido e teve consequências na campanha seguinte, em 2012.

Passados 12 anos e com o PT reerguido após as eleições presidenciais de 2018, o partido está em condições de se apresentar à população belo-horizontina.

No PED, todas as chapas que



Nilmário Miranda pré-candidato para a prefeitura de BH

concorreram à direção do partido levantaram a proposta da candidatura própria, mas, para surpresa, em maio, surge o “Manifesto por uma BH democrática, popular e progressista”, que propõe a “unidade programática das esquerdas” (ainda

que sem nenhuma proposta de programa), assinada por parlamentares do PCdoB, PSOL e vários do PT.

O manifesto, nos fatos, abriu as portas para o deputado Rogério Correia defender a deputada federal Áurea Carolina (PSOL) como candidata a prefeita, tendo o PT como vice. Foi neste processo que teve início a construção da candidatura de Nilmário Miranda, fundador do PT e deputado federal por vários mandatos.

Na prévia, em 04 de julho, para a qual estão inscritas seis pré-candidaturas, com possibilidade de desistências.

Nilmário defende que o PT

estabeleça a discussão com os demais partidos que se posicionam contra o governo Bolsonaro e que votam contra as medidas destruidoras dos direitos da classe trabalhadora, mas acredita que o PT tem uma responsabilidade particular no cenário político nacional e tem que ocupar o seu lugar também nas eleições municipais. Se apresenta como candidato para resgatar as administrações municipais do PT, que teve como marca os vários investimentos públicos na saúde, educação e saneamento básico, entre outros.

Sumara Ribeiro

O momento da “democracia” furta-cor

Várias iniciativas, mas sem campanha de rua

Fernando Haddad foi ao ato virtual “Direitos Já” (DJ) dia 26, puxado por um setor do PSDB, no qual também falaram os deputados do PT Padilha (CNB) e Paulo Teixeira (Resistência). As estrelas foram o ex-presidente FHC e Luciano Hulk, ladeados por vários chefes do PSDB. Além de Ciro Gomes, estavam presentes Boulos e a deputada Fernanda Melchiona, líder do PSOL, mais o governador Flavio Dino e outros líderes do PCdoB, entusiasta do evento, com nada menos de 16 partidos. Lula, Dilma e Gleisi não foram.

Haddad disse ao apresentador que queria “tornar pública as conversas com você ao redor do movimento DJ”, defendeu o impeachment de Bolsonaro e a restituição de plenos direitos políticos para Lula. Correto. Mas na longa lista de 100 convidados, a grande maioria de golpistas que exaltaram a “democracia”, nenhum se moveu. FHC é contra o

impeachment, por exemplo, para não falar dos direitos sociais.

Para que prestigiar este “movimento”? Os internautas (9500 oficialmente, portanto, mais amplo por cima que por baixo) viram líderes golpeados ao lado de golpistas, como se nada fosse. Ora, “passar o pano”, é o que essa direita parlamentar derrotada precisa para se levantar.

É possível um amplo ato unitário pontual pela democracia? Sim, mesmo sem direitos sociais, mas à condição de ter pelo menos um objetivo democrático concreto. Como foi nas Diretas Já e no Impeachment de Collor na época. Mas este DJ não tem um objeto!

Ao mesmo tempo!?

Foi lançada a campanha virtual “Brasil pela Democracia e pela Vida” pela OAB e várias centrais sindicais. Sérgio Nobre, presidente da CUT, explica que “a democracia é muito

mais do que o direito de voto. A democracia é uma sociedade promotora de direitos”. Mas seu manifesto não tem Fora Bolsonaro (impeachment) ou outra reivindicação concreta, nem social nem democrática. Para que, então?

Já as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo estão pedindo adesões para lançar um “impeachment popular”, que ainda não foi publicado, e lançam uma campanha Fora Bolsonaro.

Há ainda as “Janelas Pela democracia” do PSB, PDT, Rede e PV, pelo impeachment, mas que recusa a presença do PT nos atos virtuais e serve para as diatribes de divisão de Ciro Gomes contra o Lula.

O PT, com o PSOL, juristas e entidades, lançaram uma “Frente Impeachment Já, Fora Bolsonaro”, pedindo adesões a um abaixo-assinado popular. Na última informação, tinha 70 mil adesões.

Uma questão se impõe. Não há uma concentração de energia, e não só devido à pandemia, nem porque Bolsonaro acalmou o jogo esta semana.

É evidente a dispersão da oposição por cima que não cria um forte movimento por baixo. Alguns temem uma ruptura institucional. Outros querem apenas capturar o PT.

Essa oposição não levanta objetivos concretos como o impeachment, não sai na rua, e fica no discurso da democracia em geral. O próprio PT é puxado por deputados numa direção, por sindicalistas em outra, movimentos noutra etc.

Difícil para o povo se encontrar. Sem uma agenda de rua, mais difícil. Mas vai passar. Será por seu próprio movimento que cedo ou tarde o povo imporá a centralização contra o odiado regime bolsonarista.

Markus Sokol

COMITÊ NACIONAL DEBATE CONJUNTURA E ELEIÇÕES

Em reunião virtual realizada no dia 1º de julho, o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista avaliou a conjuntura política, o cenário eleitoral e a realização de reuniões do DAP após a Plenária Nacional de 13 de junho. Fez também discussão sobre comunicação (ver nesta página).

O conflito entre a Procuradoria Geral da União e a força tarefa da operação Lava Jato em Curitiba foi um dos pontos abordados. O Comitê Nacional acompanhará os desdobramentos de mais essa crise nas cúpulas, num momento marcado pelo “apaziguamento”, uma tentativa a mais de saída “por cima” (na qual algumas lideranças petistas parecem estar embarcando).

Foi discutida também a paralisação dos entregadores de aplicativos, ocorrida no mesmo dia, salientando-se as manifestações significativas, as reivindicações, principalmente carteira assinada, desses trabalhadores precarizados, quase sempre jovens, e a ameaça de uma greve de 10 dias se as exigências não forem atendidas.

Em relação às eleições municipais, foi informado que o PT deverá ter 23

candidatos a prefeito entre as 26 capitais e 83 candidatos entre as 95 cidades com 2º turno. Mas o partido só tem informações sobre 1.500 municípios. Nos demais, não se sabe sobre as alianças que estão sendo feitas. Houve informes sobre vários municípios médios onde o PT pode vir a compor com partidos golpistas. A Secretaria do Comitê Nacional deverá fazer um balanço detalhado a ser discutido na próxima reunião.

Por fim, decidiu-se fazer um levantamento, também para a próxima reunião, das reuniões realizadas pelo DAP (grupos de base, coordenações estaduais e plenárias estaduais) após a realização da Plenária Nacional. Já houve a Plenária Estadual do Rio Grande do Sul, com 43 militantes de cerca de 20 municípios.

O Comitê Nacional volta a se reunir no dia 22 de julho, às 18 horas.

Reunião Internacional

Na reunião do Comitê Nacional, anunciou-se a realização de uma reunião panamericana do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI, no domingo, dia 5 de julho.

Deverão participar dirigentes políticos e sindicais de 11 países das Américas: Brasil, Argentina, Chile, Peru, Venezuela, Equador, México, Estados Unidos, Haiti, Guadalupe e Martinica.

A reunião terá a mediação de Luís Eduardo Greenhalgh e Júlio Turra, representantes do Brasil no CILI.

Aprimorar a comunicação

Alexandre Carrasco e Mateus Santos apresentaram ao Comitê Nacional o trabalho que vem sendo realizado pela comissão de comunicação do Diálogo e Ação Petista. O trabalho foi elogiado pelo Comitê Nacional.

Pede-se aos grupos de base e

coordenações estaduais que alimentem o site e o facebook do DAP com informações, matérias, artigos, entrevistas e vídeos.

Um cafezinho para o DAP

A independência política que sempre pautou a atuação do Diálogo e Ação Petista pressupõe sua completa independência financeira. Nas reuniões dos grupos de base, é necessário tornar um hábito a contribuição de 1 cafezinho (R\$ 5,00) ao mês para o DAP. A equipe de comunicação vai ajudar a impulsionar, através das redes, a arrecadação.

Roberto Salomão

SANTA MARIA (RS): NÃO À ALIANÇA COM PSD

Os militantes do DAP de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (a 290 km de Porto Alegre), lançaram um apelo à direção municipal do PT para reverter a aliança com o PSD, aprovada por maioria, em 15 de maio. O PSD é base do governador Eduardo Leite (PSDB) e acaba de entrar oficialmente no governo Bolsonaro. É, portanto, uma aliança contraditória com as decisões do 7º Congresso do PT.

Santa Maria é uma cidade com mais de 200 mil eleitores. A chapa e aliança majoritárias deverão ser referendadas pela Executiva Nacional do PT (CEN), conforme resolução de 14 de abril.

“O PT, que não nasceu para ser força de apoio, deve puxar uma frente democrática e anti-imperialista contra Bolsonaro e os golpistas. (...) Não cabem alianças com partidos que dão sustentação ao programa de destruição da nação e dos direitos da classe trabalhadora imposto por Bolsonaro”.

Este trecho da Resolução Política do 7º Congresso do PT embasa o apelo do DAP.

A carta afirma que “nosso partido precisa ser um ponto de apoio para pormos fim a este governo e abrirmos uma saída política para o povo brasileiro. (...) Sem amarras, temos que ser os primeiros no enfrentamento político da redução dos orçamentos dos municípios e na luta pela ampliação dos serviços públicos, no pagamento em dia dos salários dos servidores e o cumprimento da lei do piso salarial nacional para os trabalhadores da educação”.

O apelo também afirma que o PT não deve temer o risco do “isolamento”, muitas vezes usado para a defesa de alianças com partidos totalmente fora do nosso campo: “Junto com o povo não estaremos sozinhos. Ainda é tempo de corrigirmos este erro”.

Correspondente

EM CURITIBA, DEBATE COM PRÉ-CANDIDATOS



Paulo Opuska, pré-candidato a prefeito de Curitiba.

O grupo de base do Diálogo e Ação Petista de Curitiba decidiu realizar reuniões com os dois pré-candidatos a prefeito e alguns candidatos a vereador. Nessas reuniões, o DAP apresenta suas propostas no debate com os pré-candidatos.

Na conversa com Paulo Opuska (CNB), um dos pré-candidatos a prefeito, houve consenso em relação a muitas questões. Opuska afirmou que, se escolhido, sua campanha será de confronto com os grupos empresariais que sugam a cidade (transporte, informática, imobiliárias e outros) e que pretende falar ao coração dos curitibanos, numa campanha de mobilização popular.

O pré-candidato defendeu a ampliação dos serviços públicos,

particularmente a saúde, e salientou que essa necessidade entra em choque com o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, posto em prática ainda no governo Temer, com a Emenda Constitucional 95, e mantido por Bolsonaro. Opuska também defendeu como eixo de sua campanha a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

O DAP aguarda a resposta do pré-candidato Tadeu Veneri, que ainda não retornou ao convite para uma reunião.

Vereadores

O DAP também decidiu fazer conversas semelhantes com candidatos a vereador. O primeiro a ser ouvido foi Angelo Vanhoni, atual presidente do diretório municipal. Vanhoni disse que é preciso estabelecer o vínculo entre as reivindicações municipais e os obstáculos que se colocam para seu atendimento pela política do governo federal.

Renato Freitas, militante do movimento negro, com atuação na periferia e na área da cultura, foi o segundo. O DAP pode vir a apoiar mais de um candidato a vereador, a depender das propostas a serem defendidas.

Correspondente

ARRAIÁ DA CUMADE LEDA

VENHA FORROZAR E PROSEAR COM NOSSA PRÉ-CANDIDATA A VEREADORA, LEDA VASCONCELOS

HOJE, DIA DE SÃO PEDRO, 19Hs

Pelo link: <https://meet.google.com/ohk-arvs-iww>

A companheira Leda Vasconcelos, integrante do Diálogo e Ação Petista, é pré-candidata a vereadora pelo PT de Fortaleza. No dia de São Pedro, ela promoveu um forró de confraternização e conversa com seus apoiadores. Na mesma semana, Leda debateu o tema crise política, sanitária e eleições com lideranças do bairro Rodolfo Teófilo.

CUT: a volta às ruas está colocada

Atos e assembleias em 10 de julho, carreata e manifestação no DF no dia 14

Em 30 de junho, a executiva nacional da CUT reuniu-se com representantes de CUTs estaduais e ramos. Sobre o pano de fundo de um ataque sem precedentes aos direitos, empregos e salários da classe trabalhadora, a discussão apontou a necessidade de se convocar e apoiar mobilizações de rua.

A greve dos entregadores de aplicativos em 1º de julho (ver pag. 7) foi mais uma indicação de que é preciso retomar as ruas para barrar a ofensiva de capitalistas e governos de precarização e destruição de direitos trabalhistas. Alguém pode dizer: “mas eles estão na rua o tempo todo” - o que é fato. Mas com a reabertura de fábricas, comércio e serviços decretada por governadores e prefeitos, essa é também a situação do grosso da classe trabalhadora.

Dias antes, em 25 de junho, havia ocorrido um fraco “Dia nacional de luta em defesa da vida e da democracia”, convocado com apenas 48

horas antecedência pela CUT nacional com a orientação de no máximo 100 participantes nas ações de rua. O resultado foram pequenos atos em Salvador, Maceió, Brasília e outras capitais (não houve nem no Rio, nem em São Paulo), mostrando que ainda há hesitações a serem superadas.

De toda forma, a reunião de 30 de junho registrou pequenos avanços. Ela convocou toda a base cutista a participar do “Dia nacional de mobilização Fora Bolsonaro” em 10 de julho, em conjunto com as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo e outras entidades, através de atos de rua simbólicos, assembleias nas empresas que voltaram a trabalhar (a grande maioria) e carros de som convocando um panelaço às 20 horas.

Decidiu-se também, para 14 de julho, data de entrega de mais um pedido de impeachment de Bolsonaro, desta vez pelas entidades que convocam o dia 10, organizar

uma grande carreata em Brasília, seguida de manifestação diante do Congresso.

Além dessa campanha Fora Bolsonaro e da assinatura do pedido de “Impeachment já” encabeçado pelo PT, a CUT também endossou a campanha “Brasil pela Democracia”, com centrais sindicais, OAB, ABI, CNBB, UNE e outras entidades, com conteúdo crítico ao governo, mas omissa quanto ao “Fora Bolsonaro”.

FUNDEB e metalúrgicos

O presidente da CNTE (educação pública), Heleno Araújo, propôs o engajamento de toda a CUT na pressão aos parlamentares pela aprovação da PEC 15, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), responsável por 65% do total dos recursos aplicados nas escolas públicas e que garante o piso nacional do magistério, cuja votação se dará proximamente.

Já Paulo Cayres, da CNM (metalúrgicos), anunciou a “semana de luta contra a Covid-19 e o governo Bolsonaro” de 13 a 17 de julho, cabendo a cada sindicato de base optar por ações presenciais que respeitem regras de segurança, já que a categoria está de volta ao trabalho em todo o país.

Direções sindicais, como a do Simesp (médicos SP) e a do Sindsep-DF (federalis), enviaram moções à CUT nacional dizendo: “É hora de nossa central orientar toda a base cutista a participar das manifestações de rua, com todas as medidas de proteção necessárias (máscaras, gel, distância, segurança própria)”.

Sim, é preciso que os dirigentes sindicais cutistas e a própria direção da central saiam da “toca” e estejam junto às suas bases no combate pelas reivindicações e pelo fim do governo Bolsonaro.

Julio Turra

Volta às aulas pode provocar greve em São Paulo

Dória anuncia intenção de reabrir escolas em setembro

O governador João Dória (PSDB) anunciou que estuda o retorno às aulas presenciais na rede estadual de ensino para setembro.

A reação da Apeoesp (sindicato dos professores) foi imediata, com sua diretoria estadual afirmando que “se o governo insistir em volta às aulas presenciais em plena pandemia, a Apeoesp debaterá a greve com a categoria” (Informa urgente 74).

“Hoje não existem as menores condições para esse retorno e não há perspectivas de melhora nos próximos meses. Além da gravidade e extensão da pandemia, nossas escolas não estão preparadas nem

aparelhadas para isto”, diz a resolução da entidade.

A Apeoesp convocou um dia estadual de mobilização em 7 de julho contra esse anúncio do governo Dória, chamando professores, funcionários e estudantes a se somarem a ele.

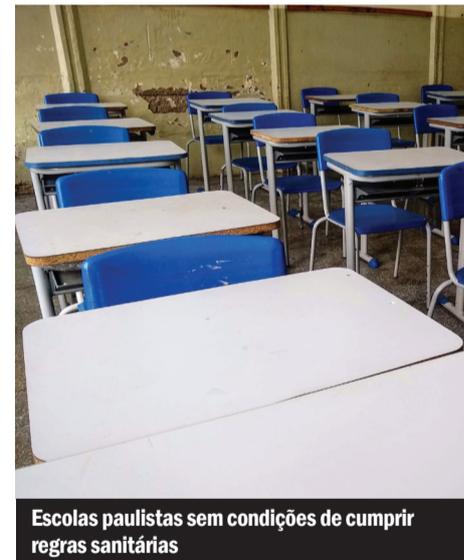
Reinaldo Matos, membro da direção executiva da Apeoesp, explica que a entidade “está realizando uma pesquisa nas escolas sobre as condições em cada uma delas e também sobre a situação que passam alunos e professores neste período de suspensão das aulas”.

Também na rede municipal de

ensino da capital paulista há preocupação entre os professores, pois existe uma crescente perda de matrículas nas escolas privadas, o que aumenta a demanda pela escola pública e a pressão pela sua reabertura, mesmo com a interiorização da pandemia e a elevação das curvas de contágio e de mortes.

É preciso organizar a luta! Nenhuma escola aberta sem o controle e redução dos efeitos da pandemia e sem plena garantia de segurança sanitária para a comunidade escolar!

JBG



Escolas paulistas sem condições de cumprir regras sanitárias

Metroviários fazem CBTU recuar em Belo Horizonte

Mobilização impõe a redução do horário de funcionamento do metrô

Os metroviários de Belo Horizonte (MG) estão entre as categorias essenciais e desde o início da pandemia - ainda que com escala reduzida - o metrô se mantém funcionando. A CBTU (Companhia Brasileira de Transportes Urbanos), depois de cobrança do sindicato, garantiu os EPIs para todos os trabalhadores, mas recusa-se a negociar a escala de trabalho com revezamento e fornecer os testes para acompanhar a contaminação na categoria.

Em maio, com a abertura parcial

do comércio em BH e o aumento do horário de funcionamento do metrô, sem que todas as medidas de proteção aos trabalhadores fossem tomadas, houve aumento dos casos de Covid-19 entre os metroviários.

O sindicato resolveu convocar uma assembleia online, precedida de mecanismos para garantir a sua legitimidade, com a participação de mais de 300 metroviários, quando 80% decidiu pela greve com escala mínima. A CBTU acionou a Justiça do Trabalho que impediu a greve,

mas acatou parcialmente a proposta dos metroviários em relação a diminuição do horário de funcionamento do metrô.

“A redução do horário do metrô, não resolve tudo, há problemas com a escala e revezamento dos trabalhadores em várias áreas”, explica Romeu Machado, presidente do sindicato. “Estamos orientando a categoria a implantar o revezamento onde não houver negociação com a gerência e em algumas áreas isso está sendo feito, ao mesmo tempo

pedimos ao TRT que intermedeie uma negociação com a CBTU”.

Além das reivindicações de condições de trabalho, os metroviários exigem que a empresa faça testes para acompanhar a evolução do contágio, o que ainda não aconteceu. O próprio sindicato, a pedido da categoria, se prepara para aplicar alguns testes em diversas áreas e, com os seus resultados, aumentar a pressão para que a CBTU cumpra a sua parte na proteção aos trabalhadores.

Correspondente

Greve dos entregadores de aplicativos

Movimento foi nacional envolvendo jovens precarizados

Em 1º de julho, de forma inédita, milhares de entregadores de aplicativos, que trabalham com motos e bicicletas, fizeram uma greve de âmbito nacional, a qual obteve apoio de organizações sindicais e grande simpatia popular.

Suas principais reivindicações são o aumento da taxa por entrega, fornecimento de refeição, fim do sistema de pontuação, fim dos bloqueios arbitrários, seguro de vida, acidente e roubo, auxílio pandemia, EPIs e licença remunerada em caso de Covid-19. O movimento foi convocado através de grupos de whatsapp dos entregadores e, apesar de levantar claramente uma pauta de direitos trabalhistas, não dispõe ainda de organização sindical.

Em São Paulo, um verdadeiro enxame de motos e bicicletas saiu da Avenida Paulista e desceu a Rua da Consolação em direção ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT).



SP 1 de julho: entregadores ocupam a Av. Paulista no dia de greve

Em Belo Horizonte milhares de entregadores percorreram avenidas da cidade e encerraram o ato aos gritos de "trabalhadores unidos jamais serão vencidos".

"Já está em votação a nova data dos breques dos apps para ganhar mais força. Não podemos parar e nem desistir agora, é só o pontapé inicial da nossa luta contra a precarização do trabalho", afirma Alessandro da

Conceição, que está empenhado em criar a Associação dos Motofretistas Autônomos e Entregadores do DF.

Estima-se que as empresas de aplicativos, como Rappi, Uber eats e Ifood, somadas, já são o maior "empregador" no país. Ainda no ano passado, antes da pandemia, elas já empregavam quatro milhões de pessoas. Muitos desses trabalhadores fazem jornadas de trabalho de 12 horas, ganhando em média R\$ 936 por mês. O pagamento por entrega é tão pequeno que leva 57% deles a trabalhar todos os dias da semana, sem folga, conforme pesquisa feita em São Paulo em 2019.

Não faltaram ameaças

Um Operador Logístico (OL) - empreiteiro terceirizado pelo iFood,

que subcontrata motoboys para fazer as corridas - mandou uma mensagem de áudio para os entregadores: "A gente não se envolve em manifestação. Se você estiver com adesivo [de protesto] na sua bag, por favor, vou estar pedindo para você tirar. Se você não estiver contente trabalhando comigo, no sistema OL, vem aqui, me procura, que eu pego você e jogo na nuvem e você se vira".

No sistema "nuvem" os entregadores se cadastram no aplicativo e aceitam ou não as corridas que aparecem na tela do celular. No OL um administrador distribui quem faz as entregas.

Mas ameaças não foram suficientes para impedir a greve, que pode ser retomada no fim de semana de 11 e 12 de julho se as reivindicações não forem atendidas. Bem vindos à luta de classes, entregadores de aplicativos.

Tiago Maciel

Servidores contra o congelamento salarial

Pela derrubada dos vetos de Bolsonaro à Lei Complementar 173

No início da pandemia da Covid-19, deputados e senadores articularam a aprovação de uma lei para autorizar o governo federal a socorrer estados, municípios e o DF.

Esses são os entes subnacionais que estão na linha de frente do combate ao coronavírus e cujas finanças estão comalidas em virtude da queda da atividade econômica que já vinha de antes e desabou com a pandemia.

Mas o projeto original foi substancialmente modificado nas várias idas e vindas dentro do Congresso Nacional, por pressão do Ministério da Economia, sob o comando de Paulo Guedes.

Entre dinheiro novo (R\$ 60 bilhões) e alongamento de prazos de

pagamento de dívidas, o valor total da ajuda ficou em estimados R\$ 125 bilhões, bem abaixo da previsão inicial que girava em torno de R\$ 200 bilhões.

Ainda mais grave, foram introduzidos diversos dispositivos que pioram a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprofundando a política de subordinação das finanças públicas aos interesses dos banqueiros com o consequente desmonte dos serviços públicos.

O principal ataque, que atinge duramente os servidores, é o congelamento até dezembro de 2021 dos salários e da contagem de tempo de serviço para progressão nas carreiras e outros direitos.

Pressão arranca exceções

Depois de muita pressão durante a tramitação no Congresso, os parlamentares acabaram retirando do congelamento os servidores das carreiras ligadas à segurança pública, os militares, os agentes socioeducativos, trabalhadores de limpeza urbana, serviços funerários, assistência social, trabalhadores da educação pública e da saúde.

Essas exceções estão no parágrafo 6º do Art. 8º do projeto finalmente aprovado e que se tornou a Lei Complementar 173/2020.

Mas Bolsonaro vetou essas exceções - junto com outros três vetos que reduziram possibilidades de rolagem de dívidas.

O resultado do congelamento contra os servidores, segundo cálculos do próprio Ministério da Economia, é uma "economia" de R\$ 120 bilhões. Portanto, não haverá verdadeira ajuda federal, mas, sim, um adiantamento que será tirado do bolso dos servidores!

Em 2 de julho entidades de federais, estaduais e municipais realizaram atividades para denunciar o congelamento e exigir dos parlamentares a derrubada dos vetos à LC 173. Essa é uma campanha que precisa do decisivo apoio da CUT para crescer e ser vitoriosa. É a defesa dos serviços públicos que está em jogo.

Edison Cardoni

O exterminador de serviços públicos

Prefeito Covas extingue autarquias em São Paulo

Na maior cidade do país, o prefeito Bruno Covas (PSDB) e seus 31 vereadores aprovaram em 25 de junho a extinção de autarquias municipais. Dentre elas, a Autarquia Hospitalar Municipal (que administra os hospitais e prontos-socorros paulistanos), o serviço funerário e a autarquia de limpeza urbana.

A aprovação na Câmara Municipal se deu no mesmo dia em que o Senado Federal aprovava a privatização do saneamento básico e da água no país. Quando toda a situação,

agravada pela pandemia, exigiria a ampliação dos serviços públicos, o prefeito tucano faz o mesmo que o governo Bolsonaro, defendendo "enxugar a máquina pública".

Na verdade trata-se da destruição de serviços públicos, pois ao se extinguir as autarquias, se extinguem também os cargos de servidores concursados, abrindo a porta para entregar os equipamentos para as Organizações Sociais (OSs), para as parcerias público-privadas, para concessões e privatizações.

O prefeito Covas, ao mesmo tempo, criou duas agências reguladoras (modelo tucano de desvio de verbas públicas) com altos salários de comissionados que serão indicados por ele e seus amigos. Essas agências ocupam o papel de gerenciar os contratos de gestão e as privatizações.

A luta vai continuar, pois os servidores municipais não vão aceitar esse desmonte dos serviços públicos que os afetam diretamente.

João B. Gomes



Metroviários de São Paulo (95,27%, 2899 trabalhadores) votaram por aceitar a proposta do TRT de manter as cláusulas do acordo coletivo até o fim da pandemia. O Metrô não aceitava renovar o acordo, o que levaria a perdas salariais enormes. A greve, prevista para 1º de julho, foi remarcada para o dia 8, caso o Metrô não aceite a proposta do TRT.

Privatização do saneamento

Em plena pandemia, Senado entrega ao capital privado a gestão das águas



Com o saneamento nas mãos do capital privado, populações carentes ficarão mais longe da água tratada e esgoto

O novo marco regulatório do Saneamento Básico foi aprovado pelo Senado na quarta-feira, 24 de junho. O PL 4162/2019 será sancionado, não apenas abrindo caminho, mas empurrando para a privatização da gestão da água em todo o país.

No Senado apenas o PT, como partido, votou contra este “novo marco regulatório”. No total, 13 senadores votaram contra, 65 a favor. O PDT liberou a bancada e Cid Gomes, irmão de Ciro, votou favorável.

Apesar do voto contra, entretanto, os senadores do PT aceitaram não votar destaques que, caso aprovados, poderiam fazer retornar à câmara o PL. Em troca, garantiram uma tarifa social para a população de baixa renda, num acordo bastante discutível, para dizer o mínimo.

Lula, no twitter, se manifestou

contra essa política de privatização: “Água é vida. É saúde. Água tratada é responsabilidade do Estado brasileiro. Qual é o empresário que vai fazer isso sem rentabilidade? Eles vão levar água encanada para a favela sem ter lucro? Eu sou contra privatizar porque a saúde do povo depende disso”.

O que muda com o novo marco regulatório?

Na prática, este marco regulatório empurra à privatização porque impede que os municípios façam contratos com empresas estatais automaticamente. Atualmente as cidades, que são legalmente responsáveis pelo fornecimento de saneamento básico, firmam acordo direto com empresas estatais (geralmente estaduais) de água e esgoto, sob o chamado “contrato de programa”. As

estatais assumem sem concorrência. Com o novo marco, este modelo de contrato foi extinto. As empresas estatais terão que concorrer num processo de licitação, junto com outras empresas privadas.

Uma pequena brecha permite que os atuais contratos vigentes até 2022 sejam renovados por mais 30 anos. Mas se uma empresa estatal de água e esgoto for privatizada ela também ganha esse “privilegio”. Negócio da China.

O processo de privatização das empresas também é facilitado. Atualmente, 94% do fornecimento de água e esgoto é garantido por estatais e apenas 6% está nas mãos de empresas privadas no país.

Para dourar a entrega da água para a iniciativa privada, ele impõe metas de saneamento até 2033. Passar dos atuais 83% de fornecimento de água potável para 99% e de 48% de esgoto tratado no país para 90%.

O marco regulatório ainda adia a extinção dos lixões e obriga municípios e distrito federal a cobrar tarifas sobre outros serviços de asseio urbano como poda de árvores, varrição de ruas e limpezas estruturais, serviços que também poderão integrar as concessões à iniciativa privada.

Na contramão da experiência internacional

Segundo estudo do Instituto

Transnacional da Holanda (TNI), entre 2000 e 2017, 1.600 municípios de 58 países tiveram que reestatizar serviços públicos. Foram ao menos 835 remunicipalizações e 49 nacionalizações, sendo que mais de 80% ocorreram de 2009 em diante. Uma longa lista que inclui lugares como Atlanta, Berlim, Paris, Budapeste, Buenos Aires e La Paz.

A reestatização foi uma resposta às falsas promessas dos operadores privados, ao não cumprimento dos contratos das metas de investimentos e expansão e universalização, principalmente das áreas periféricas e mais carentes e ao aumento abusivo de tarifas.

Luã Cupolillo

O GOVERNO BAIANO QUER ABRIR CAPITAL DA EMBASA!

O governador da Bahia, Rui Costa, do PT, quer abrir o capital da Embasa, empresa de saneamento do Estado da Bahia. O sindicato dos trabalhadores da empresa é contra a abertura de capital. Vê nisso o primeiro passo para a venda da empresa e argumenta que prejudica as pequenas cidades e a ampliação do saneamento uma vez que com capital aberto a empresa teria que render dividendos para seus acionistas. Rui Costa está na contramão da militância do PT que sempre lutou em defesa da água. Está na contramão do PT que votou contra a privatização.

A ingerência do Banco Mundial na Educação Pública

A pandemia é utilizada para avançar no Ensino à Distância (EaD)

O Banco Mundial (BM) é uma instituição financeira com sede em Washington que dá empréstimos a países em desenvolvimento, tendo status de observador na ONU e no G20.

O BM atua no setor da Educação desde 1962 e na década de 1980/90 defendeu a supremacia da educação privada sobre a pública, com a cobrança de mensalidades. Em 20 anos, a promessa de desenvolvimento deu lugar ao aumento da pobreza e da desigualdade no mundo, enquanto na educação pioraram os índices de aprendizado.

Em seu relatório de 1999, “Estratégia para o setor educacional”, o BM incluiu no seu receituário as parcerias público-privadas (PPP). Tratava-se de estimular a participação de investidores e corporações privados, sob a capa de consultores em educação, no financiamento, fomento à pesquisa e formulação de políticas

públicas para o setor a serem implementadas por governos dispostos a conceber a educação como um produto de mercado.

Em 2011, o BM publicou o relatório “Estratégia 2020 para a educação”, que propõe flexibilizar a oferta de educação, para além da escola, validando qualquer procedimento ou espaço que a promova, como ONGs, a “formação no trabalho” e a Educação à Distância (EaD).

No Brasil...

Essas receitas foram aplicadas no Brasil, em particular após o golpe contra Dilma em 2016. Elas estão presentes na chamada Reforma do Ensino Médio, na nova Base Nacional Curricular Comum do governo Temer e no projeto Future-se do governo Bolsonaro (Ensino Superior).

Primeiro se sucateia a escola pública, depois se instalam parcerias

com empresas privadas (como em 85% das creches municipais de São Paulo), para enfim se chegar à implementação geral de “vouchers” (vales ou tíquetes com os quais os pais podem matricular os filhos em creches e escolas particulares), como foi feito no Chile, onde o ensino público foi destruído.

Em 25 de março o BM divulgou o documento “Políticas educacionais na pandemia da Covid-19: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?”. Sem considerar as especificidades dos diversos níveis da educação, nem tampouco a inadequação da EaD para garantir o aprendizado na Educação Básica, o BM é taxativo: o Brasil deve estabelecer parcerias com empresas privadas para implementar a EaD.

Hoje, redes municipais e estaduais aventam a possibilidade de reabertura das escolas da Educação Básica, mesmo sem as devidas condições

de segurança sanitária e de trabalho para os profissionais em educação e os alunos, ao mesmo tempo em que se fala de uma “educação híbrida”, com a ampliação da EaD.

Diante do congelamento e redução de investimentos públicos (EC 95 adotada no governo Temer), da queda na arrecadação e da Reforma Administrativa pretendida por Guedes/Bolsonaro, é previsível que serão atacados os empregos nas redes públicas de ensino, os concursos públicos e o próprio caráter da atividade docente com o avanço da EaD na educação básica e superior.

O que deve colocar em alerta os trabalhadores da educação em todos os níveis e suas organizações sindicais, para organizar a luta para barrar esse processo destrutivo das condições de trabalho e ensino em favor de uma educação pública de qualidade.

Nelson Galvão

Pandemia, abre e fecha, que confusão!

O isolamento não pode ser uma ideologia



Grande déficit habitacional e precárias condições de moradia restringem condições de isolamento para grande parte população

Os números são conhecidos, de contágio e de mortos. Agora, a imprensa registra que tanto na China, onde a pandemia começou, como nos EUA e outros países onde parecia ter recuado, a Covid 19 volta. E se não havia consenso antes sobre uma correlação direta e reta grau de isolamento/contágio, há menos ainda agora. Há governos que recuam no grau de isolamento, onde “autoridades científicas” dão a entender que houve exagero (França), há governos onde, ao contrário, estas “autoridades” aumentam o isolamento que praticamente não fizeram

(Suécia). Na verdade, não há consenso científico, nem há uma coordenação mundial para enfrentar o problema. O sistema capitalista não se dispõe a “perder dinheiro” preparando o mundo para as pandemias. Para ele, a saúde é uma fonte de lucros na indústria farmacêutica, por exemplo, ao que submetem os governos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) é parte do sistema ONU, seus técnicos estão submetidos às relações entre governos, e a OMS se contradisse várias vezes (sobre máscaras, testes etc.). A maioria dos governos utilizaram a pandemia para adotar medidas desregulamentadoras e reduzir os direitos sociais, com míseras “ajudas”. Vários governos até lançaram mão de medidas de repressão ao direito de manifestação e reunião. Mas atenção, o ódio não nos deve cegar. Bolsonaro é um “negacionista” - nega a ciência - mas nem por isso

vamos nos enganar com uma ciência absoluta neutra. A ciência está submetida ao capitalismo, inclusive a medicina. Mesmo se muitos cientistas resistem bravamente à apropriação da ciência pelo puro objetivo do lucro.

No Brasil, o comportamento dos diferentes setores face à recomendação do isolamento se diferencia socialmente: a maior parte nunca pode se isolar por falta de condições materiais, e não é agora que poderá, seja pelas condições de aglomeração nas moradias, seja pela falta de renda para “ficar em casa”.

Por que defendemos a volta às ruas, com os cuidados necessários (álcool gel, máscaras e distanciamento)? Porque só os cuidados não dão conta de preservar a vida neste sistema, senão, bastaria “ficar em casa”. Ainda mais com este governo insuportável que aposta no caos sanitário.

Ajudar a maioria do povo a recuperar a confiança

Como a volta às ruas hoje está colocada - não era assim no

primeiro momento -, temos que ajudar a maioria do povo a recuperar a confiança, a desembaraçar-se de preconceitos infundidos, inclusive falsamente científicos. Lembremos que o governador Dória, outros governadores e prefeitos começaram citando a ciência para falar de isolamento, e terminam agora relaxando-o, desprezando certos cientistas.

Mas cuidado com a “ideologia do isolamento”, ele não é de oposição, nem é, isoladamente, uma garantia. Esclarecer ajuda a superar as hesitações dentro do PT em vários níveis sair à rua, na direção da CUT e vários sindicatos, além das organizações estudantis. Nossa ambição é realizar a unidade de todos, tanto os que podem como os não podem se isolar, unificados por seus direitos e pelo fim do governo Bolsonaro.

Da grande maioria dos prefeitos e governadores, assim como do governo federal, não se pode esperar coerência, mas se pode e deve cobrar coletivamente as necessidades do povo.

JAL

Milhões de empregos destruídos

A economia afunda e metade da população em idade de trabalhar está desocupada



Pela primeira vez, metade da população em idade de trabalhar está fora do mercado de trabalho

Nos meses de março, abril e maio deste ano 7,8 milhões de trabalhadores perderam suas ocupações segundo a pesquisa PNAD-IBGE. Pela primeira vez na história (desde o início da pesquisa), mais da metade (50,5%) da população em idade para trabalhar (14 anos ou mais) estava desocupada.

Neste mesmo período de março a maio, empresas brasileiras destruíram (demitiram mais do que contrataram) 1,4 milhões de postos de trabalho com carteira assinada segundo dados do Caged (Ministério da Economia). Foi o pior desempenho para o mês desde o início da série histórica.

Política de Guedes

O fato é que a política de corte de

gastos públicos de Guedes-Bolsonaro impede a recuperação do mercado de trabalho. Ela já começava a provocar uma retração na atividade ao final do ano passado. “O país já dava sinais que entrara em nova recessão econômica antes mesmo do coronavírus chegar ao país” explica o estudo divulgado em junho pelo conservador Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da FGV. Explica ainda que não há sinais de melhora do emprego nos próximos meses mesmo que a flexibilização do isolamento social permita um retorno dos informais às ruas. Pois a expectativa é de manutenção das dispensas nas empresas no próximo trimestre.

As medidas aprovadas no Congresso, como o auxílio renda emergencial de R\$600, são muito insuficientes e temporários. Não permitirão recuperar a renda, muito menos a atividade econômica nos próximos meses.

Os dados do IBGE mostram que o número de trabalhadores “subutilizados” - ou seja, desempregados, desalentados e semi-empregados (tempo parcial, insuficiente) - saltou para 30,4 milhões em maio. Eles eram 15,2 milhões em 2014.

Neste último trimestre findo em maio, o setor mais atingido foi o do

comércio, que demitiu 2 milhões de trabalhadores (redução de 11,1% ante o trimestre anterior). Trabalhadores da indústria, da construção e de serviços domésticos também sofreram demissões expressivas - respectivamente 1,23, 1,08 e 1,17 milhão.

A despeito disso, a taxa de desemprego nacional cresceu relativamente pouco: de 11,6% no trimestre até fevereiro para 12,9% no trimestre. Isso simplesmente porque nove milhões de pessoas em idade de trabalhar tornaram-se inativas no período. Ou seja, embora

desempregadas, nem tentaram procurar vaga no último mês - e por isso não aparecem na estatística do desemprego. Sem essa “debandada” (um recorde jamais visto na história do país), o desemprego teria atingido 20 milhões de pessoas e sua taxa estaria em 18,9%.

Com a flexibilização da quarentena, trabalhadores devem voltar a procurar emprego neste mês. Mas é provável que empresas sigam fechando vagas em junho/julho, ainda que em ritmo menos dramático.

Alberto Handfas

EMBAIXADOR DOS EUA QUER “APROVEITAR OS SEIS MESES”

O embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, se mostra muito entusiasmado com a proximidade de Bolsonaro com Trump. Em entrevista (Estadão 22/06) ele vê grandes oportunidades à empresas norte-americanas. “O Brasil deveria aproveitar este momento de economia pós-covid-19 para atrair indústrias americanas... Se o país continuar melhorando seu ambiente de negócios, com menos impostos ... tem tudo para avançar. O bom é que o Paulo Guedes quer, Bolsonaro quer, o setor privado quer, assim como muita gente no Congresso. Estes seis meses antes do fim do ano são o momento ideal. Já recebi diversas mensagens de Nova York, dos grandes fundos, porque trabalhei com eles na minha época de banqueiro.”

Os EUA pressionam por (contra) “reformas” que flexibilizem ainda mais os direitos trabalhistas e que cortem gastos públicos sociais para reduzir impostos. É a paz dos cemitérios que desejam as multinacionais e fundos especulativos: o ambiente ideal para pilharem o Brasil.

A história não se repete, a não ser como farsa

Na busca de saída por cima, falsa comparação com a campanha Diretas Já de 1983/84

Em sua edição nº 33.320, de 24 de junho, o jornal Folha de S. Paulo anunciou o lançamento de uma campanha em defesa da democracia inspirada, segundo o jornal, pela campanha das Diretas, Já, que cobriu o país entre o segundo semestre de 1983 e o ano de 1984, exigindo eleições diretas para presidente, proibidas pela legislação da Ditadura Militar implantada no Brasil em 1964. A campanha da Folha foi lançada no dia 27, num comercial veiculado no intervalo do Jornal Nacional da Rede Globo.

É bom que se recorde que a campanha Diretas era uma reivindicação para colocar abaixo a Ditadura, uma aspiração a qual desde os anos de 1970 esteve na base das

grandes mobilizações de massas que sacudiram os alicerces do regime, como as maciças greves operárias cujo epicentro foi o ABC paulista.

Conforme a Folha, sua campanha recém lançada se apoia nos movimentos "Estamos Juntos" e "Somos 70%", animados por figuras e partidos que vêm votando as medidas do Governo Bolsonaro destrutivas de direitos. No próprio dia 27, um ato promovido pelo movimento "Direitos Já", teve como principal estrela o ex-presidente FHC, que, um dia antes reivindicou, contra o Fora Bolsonaro, "mais tolerância" com o governo, o suficiente para demonstrar que a Folha falsifica a história ao assimilar a campanha das Diretas à sua operação atual. O movimento "Direitos Já" anunciou adesão à campanha da Folha.

O que foi a campanha das Diretas, Já?

O ano de 1983 foi marcado por intensas lutas dos trabalhadores e da juventude e por conquistas organizativas que sintetizavam os anos de mobilização desde a retomada das lutas estudantis a partir de 1975. Em 1983, o movimento operário converteu a mobilização em organização: em 28 de agosto, mais de 5 mil delegados fundam a Central Única dos Trabalhadores. O movimento que estava na base da CUT e do PT se mantinha nas ruas. Buscava uma



Lula, na Sé, fala no ato pelas Diretas Já



Praça da Sé, 25 de janeiro de 1984

via para pôr fim a quase 20 anos de Ditadura Militar e alimentava a permanente crise do regime político que amplificava os choques, mesmo no terreno do Congresso Nacional controlado. O MDB (a partir de 1982, PMDB), com o PCB no seu interior, tinha cada vez mais dificuldade em assegurar uma saída por cima.

É neste quadro que o PT engaja a luta com a palavra-de ordem "Diretas, Já". Depois de uma campanha de adesões ampla, o PT e outras organizações convocam para 27 de novembro de 1983 o primeiro ato com a bandeira "Diretas, Já", o comício do Pacaembu que deu partida à campanha a qual em breve colocaria milhões em movimento pelo fim da Ditadura. No dia do Comício, Maria Victória Benevides escreve em um artigo na Folha de S. Paulo: "para o PT, a defesa das eleições diretas só se entende como conquista popular, subtraída ao jogo das cúpulas". É assim que, num balanço do comício, Lula escreverá em janeiro de 1984: "para o PT a eleição direta não pode ser vista como a panaceia. Entendemos a eleição direta como meio eficaz de colocar na ordem do dia a solução dos grandes problemas (...) como a crise econômica (...) o desemprego e os salários, o fim da lei de segurança nacional, a autonomia e a liberdade sindical (...) graves problemas criados pelos 20 anos de arbítrio" (Diário Popular, 22/01/1984).

Em fevereiro de 1984, a Executiva Nacional do PT decide propor a continuidade da luta iniciada no comício do Pacaembu. Aí, já tramitava na Câmara dos Deputados a Emenda Constitucional de autoria do deputado peemedebista Dante de Oliveira que restaurava a eleição

direta para presidente, e que o PT decide apoiar. A Executiva propõe constituir uma coordenação unitária pelas Diretas, adotar um dia nacional de luta e constituir comitês nos estados e municípios. A iniciativa das organizações do movimento operário e popular, entre eles o PT, permitiu reunir uma ampla frente pelas eleições diretas, com os partidos da oposição burguesa correndo atrás da mobilização que já levava milhares aos atos e comícios neste momento. Parte da imprensa, a Folha, por exemplo, também tentou se apropriar e dar direção ao movimento (tentando apagar sua própria colaboração ativa com a Ditadura), embora outra parte, como a Rede Globo, escondesse os atos em seu noticiário.

Entre fevereiro e abril, atos maciços cobriram o país. Estimativas falam em 6 milhões de pessoas nas ruas: São Paulo (300 mil em janeiro e 1 milhão e meio em abril), Rio de Janeiro (60 mil em janeiro, 200 mil em março e 1 milhão em abril), Goiânia (300 mil), Porto Alegre (200 mil), Belo Horizonte (400 mil). Milhares acorreram aos atos em todas as capitais e muitas cidades do interior.

As massas emparedavam a Ditadura, que, impotente, se defende esgrimindo a eleição prevista na Constituição por meio do Colégio Eleitoral, onde deputados e senadores elegeriam o novo presidente, em 1985, sem o volto popular.

Em abril, se reuniu em São Bernardo o 3º Encontro Nacional do PT. Embalados pelas grandes mobilizações, os delegados reafirmaram, apesar de posições que defendiam a saída por cima, a realização de

eleições diretas e denunciaram o Colégio Eleitoral: "a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral (...) O PT deve conclamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral".

A Traição no Colégio Eleitoral

Em 25 de abril, a EC nº 5, de Dante de Oliveira, em meio a manobras do regime, não atinge o quórum para ser aprovada. A frente que moveu a campanha das Diretas explode, com o PMDB, incluindo o PCB e PCdoB, correndo para o Colégio Eleitoral para eleger Tancredo Neves e Sarney, num acordão

pelo alto com setores do regime, ao custo de manter, inclusive, depois, no Congresso Constituinte (1987-88) parte do entulho da Ditadura. Antes disso, dividiram as centenas de comitês pelas Diretas que haviam se constituído.

O PT manteve as resoluções do 3º Encontro e liderou uma campanha pelo boicote ao Colégio Eleitoral. Distintas resoluções nacionais do partido reafirmaram a luta pelas Diretas, grosso modo com a plataforma que Lula anunciara no artigo de janeiro, citado acima, defenderam a manutenção dos comitês e chamaram o boicote.

O Encontro Nacional Extraordinário do PT, em janeiro de 1985, encerrou a polêmica com o grupo parlamentar que decidiu, à revelia das instâncias partidárias, legitimar o Colégio Eleitoral. O PT reafirmou o boicote, adotando uma resolução "contra o continuísmo e o pacto social", que abria também a luta por uma Constituinte Soberana e contra a constituinte congressual que o PMDB defendia. Os deputados Ailton Soares, Bete Mendes e José Eudes foram expulsos por descumprimento das resoluções.

A campanha das Diretas, malgrado a traição da oposição burguesa e dos partidos stalinistas, acabou por encerrar o período da Ditadura, embora partes significativas de suas instituições tenham sido preservadas. A posição do PT, fiel à democracia e às demandas populares, nesta ocasião, foi um importante ponto de apoio para o desenvolvimento do partido na principal organização de esquerda do país.

Trabalhadores apoiam luta contra racismo

Nos EUA, vários atos foram organizados no chamado Juneteenth, em 19 de junho



Divulgação

Manifestação em Washington, 19 de junho

Foi somente em 19 de junho de 1865, dois anos após a abolição oficial da escravatura nos Estados Unidos (EUA), que os últimos escravos foram libertados no Texas. Em vários estados, o dia 19 de junho é um feriado, chamado Juneteenth. Com as manifestações de massa vividas pelos EUA em face da violência policial contra os negros, a data assumiu, neste ano, significado especial. Foram realizados protestos em 19 de junho, com participação maciça.

Vários sindicatos deram apoio às manifestações, das quais participaram muitos de seus associados, mas a decisão do ILWU, sindicato dos estivadores e portuários da costa Oeste (que saiu da central sindical AFL-CIO em 2013) de chamar uma greve nesse dia, é um ato de apoio concreto que reflete toda a situação política. Nos grandes portos da costa Oeste, os filiados do ILWU assumiram a liderança dos cortejos de milhares de manifestantes (leia mais abaixo).

Essa é uma convergência

importante nos Estados Unidos, onde grande parte da população negra não confia nos sindicatos. Ainda que a AFL-CIO tenha sempre defendido em palavras a igualdade entre brancos e negros, até os anos 1960 alguns sindicatos não organizavam os negros, os quais, na condição de mão de obra superexplorada, eram vistos como ameaça às condições de trabalho dos operários brancos.

A greve do ILWU, as tomadas de posição de muitos sindicatos de professores para expulsar a polícia das escolas e o debate sobre a filiação dos sindicatos de policiais à AFL-CIO adquirem grande importância.

Foi também em 19 de junho que Trump, em mais uma de suas costurmeiras provocações, manteve o primeiro comício visando a reeleição. A sala estava pela metade. Ele exagerou ao atribuir esse esvaziamento aos manifestantes reunidos em frente ao local, mas sabe que a manutenção dos atos, desde a morte de George

Floyd, pesa sobre a sua campanha eleitoral.

Republicanos e democratas

Do lado republicano, as manobras de Trump não conseguem abrandar o movimento e revelam as fissuras em sua equipe de governo, que se recusa a segui-lo nas ameaças de fazer o exército intervir. Do lado democrata, o candidato Joe Biden tenta apoiar-se no voto tradicionalmente democrata dos negros para ser eleito.

A resposta dos democratas, no entanto, está muito aquém do que os manifestantes exigem. Ao propor uma lei que, mesmo se aprovada com o apoio de parte dos republicanos, não será promulgada por Trump, os democratas empurram qualquer solução dos problemas atuais para as próximas eleições e para uma lei incerta, e que não irá resolver a situação.

Há 155 anos, o Partido Democrata era o partido dos escravagistas, enquanto o Partido Republicano representava a burguesia industrial do norte dos Estados Unidos, a qual precisava da mão de obra negra, mal remunerada, mas emancipada, para garantir o seu desenvolvimento.

Se o Partido Democrata foi levado a tomar, nos anos 1960, medidas que traziam o fim da segregação racial, isso ocorreu sob a pressão das organizações negras, dos atos de massa convocados por elas, e da junção ocorrida entre essas organizações e o movimento operário, em particular contra a guerra do Vietnã. A luta pela igualdade entre negros e brancos nos

EUA é uma luta contra o próprio coração do imperialismo estadunidense. Já era assim naquela época, e o movimento negro permanece marcado pelas contribuições de autênticos revolucionários, como Malcolm X ou o Partido dos Panteras Negras.

Mas não é mais suficiente abolir as leis discriminatórias de outros tempos. As próprias instituições racistas do imperialismo estão sendo contestadas. Os manifestantes enfrentam a situação de opressão e de superexploração da classe operária negra, sobre a qual o país foi construído.

Esse movimento, independentemente de seu resultado, abre um novo período para a luta dos trabalhadores, de seu componente negro e da juventude, porque a questão racial é inseparável da questão social. Esse movimento representa um primeiro passo de organização do combate "por baixo".

Devan Sohier

Rejeição!

“Algo nunca visto: 60% dos eleitores não foram votar no segundo turno [dia 28] das eleições municipais que tradicionalmente eram mais ‘concorridas’”, registra a Declaração do Partido Operário Independente (30/06). “Os ‘vencedores’ representam apenas 15% do eleitorado. Nas cidades e bairros operários esta abstenção passou de 70%” (63% em Paris).

O resultado é a debacle do partido do presidente Macron que continua governando.

Essa rejeição vem após a mobilização da juventude contra o racismo e a greve contra os cortes na Renault. Ela é “um movimento de fundo que se inscreve na continuidade dos Coletes Amarelos, da greve contra a reforma das aposentadorias que o governo hoje quer retomar”. Daí a conclusão do POI de “ajudar a alimentar esse processo, organizar a rejeição, reunir uma ampla força”.

Dia 30, milhares de trabalhadores hospitalares voltaram às ruas para cobrar suas demandas e acusar o governo pelas 30 mil mortes da Covid.

Rodrigo Ibarra, de São Francisco (EUA), 21 de junho de 2020

Greve une portuários e estivadores às comunidades

Trabalhadores vinculados ao IWLWU param 29 portos da costa do Pacífico

Quase um mês após a explosão social que se seguiu ao assassinato de George Floyd em Minneapolis, as manifestações de protesto não pararam nos Estados Unidos nem no restante do mundo. As consequências disso são imprevisíveis. Mas, em 19 de junho, parece ter começado tudo de novo.

O sindicato dos estivadores e portuários IWLWU convocou uma greve para comemorar o dia do fim da escravatura em 1865 (conhecido como Juneteenth), quando os escravos negros do Texas foram emancipados, e em solidariedade com as manifestações de protesto contra o racismo estrutural.

Os trabalhadores fecharam os 29

portos da costa do Pacífico. Foi a união do movimento operário organizado com a comunidade. Para retomar a expressão usada na América Latina, trata-se da unidade operária e popular, abrindo uma perspectiva para a luta que se desenvolve em escala nacional.

Impacto na polícia

As manifestações de rua têm repercussões nas áreas institucional e jurídica. A mobilização sindical e popular teve impacto em todos os departamentos de polícia, em escala nacional, gerando várias reformas da instituição, desde novas políticas de treinamento até o fechamento de alguns setores que mantêm

relações mais conflituosas com as comunidades.

Em alguns casos, houve uma política punitiva em relação a comportamentos violentos e criminosos de policiais.

De fato, o sistema de justiça penal está sendo questionado por inteiro. Justiça e verdade são as exigências democráticas que se erguem em todo o território nacional.

Uma grande confusão reina entre os detentores do poder, enquanto a revolta operária e popular parece impossível de ser contida em sua luta contra o sistema.

Palestina: "vamos nos unir em uma só voz"

Manifesto por eleição de novo Conselho Nacional Palestino e pela reconstrução da OLP



Marcha pelo retorno, em 2019

Em meio à pandemia, os governos dos EUA e de Israel querem colocar em marcha o "Acordo do Século" anunciado por Trump em janeiro deste ano. O "acordo do século", entre EUA e Israel, mais uma ofensiva contra o povo palestino, prevê, entre outros pontos, a exigência de reconhecimento, por parte dos palestinos, de Israel como Estado Judeu e a anexação de 30% da Cisjordânia a Israel. O primeiro-ministro israelense, Netanyahu, anunciou que colocará em votação no Knesset (o Parlamento de Israel) a anexação de parte da Cisjordânia, no início de julho.

A resistência do povo palestino, desde a criação do Estado de Israel em 1948, a qual os expulsou de suas terras, ganha um novo ponto de apoio com o manifesto que já conta com milhares de assinaturas.

O manifesto propõe eleição de um novo Conselho Nacional Palestino e foi enviado ao jornal francês *Informações Operárias* por um correspondente palestino do CILI (Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio). O correspondente explica: "Essa iniciativa é o produto da elaboração do Fórum Palestino (palestineforum.net) criado há dois anos, para permitir, de maneira independente, a mais ampla discussão entre nós e criar um forte movimento de opinião por essa exigência entre o povo palestino – onde quer que se encontre – e avançar para a reunificação de seu movimento nacional. A iniciativa de chamar a eleição de um Conselho Nacional Palestino despertou um amplo interesse e atraiu desde o seu lançamento, em 16 de junho de 2020, milhares de assinaturas de militantes, personalidades de toda a Palestina, dos campos de refugiados e do mundo inteiro. Ela se inscreve depois da mobilização da população da faixa de Gaza na Grande Marcha pelo Retorno, na perseverança do

nosso povo na defesa de seus direitos, mas também como resultado da intensificação da campanha pelo Estado único e democrático em todo o território histórico da Palestina. Todos temos consciência de que partimos de uma situação muito difícil, devido à grande devastação política e cultural causada pelos acordos de Oslo. Hoje, uma das principais tarefas consiste em libertar os palestinos da "sociedade" destrutiva e fragmentária de Oslo e permitir que todos possam imaginar o que será uma Palestina única. Avançar para a unidade de direção palestina é uma etapa essencial deste combate."

Manifesto propõe a reconstrução da OLP

“Nós, povo palestino, da Palestina histórica, dos países de asilo e da diáspora, pedimos a eleição de um novo Conselho Nacional Palestino, como primeiro passo para a reconstrução da Organização de Libertação da Palestina (OLP), a fim de restaurar o seu papel como entidade política representativa do povo palestino em todos os locais de residência e como dirigente de sua luta, sob todas as suas formas, sejam elas nacionais, institucionais ou eleitorais.

Esta medida torna-se ainda mais necessária neste momento em que a evolução do projeto estadunidense-sionista através do "Acordo do Século" busca liquidar a causa da Palestina e de seu povo e legalizar a colonização e a judaização de Jerusalém. Esta medida também é coerente com o anúncio feito pelos dirigentes palestinos de que a OLP vai dissolver todos os seus acordos e entendimentos com Israel e os Estados Unidos.

É também um convite que decorre do reconhecimento coletivo e incontestável da OLP como único representante legítimo de nosso povo palestino. Nossa convicção de que esta iniciativa é correta retira sua

legitimidade e sua necessidade dos seguintes elementos:

1 Os estatutos de fundação da OLP (artigos 4 e 5) indicam que "todos os palestinos são membros naturais da OLP" ... e que "os membros do Conselho Nacional são eleitos em sufrágio direto pelo povo palestino" ... Isso mostra que a eleição é a regra e que o sistema de quotas por facção (o "sistema de quotas") é a exceção, e não o inverso, considerando que o desenvolvimento dos meios de comunicação e da informática poderiam permitir aos palestinos, onde quer que se encontrem, participar das eleições, usando os mecanismos apropriados.

2 Nós respeitamos e apoiamos todos os apelos e iniciativas a favor de um diálogo nacional, em todos os níveis e a qualquer momento, mas não perdemos de vista o fracasso desta opção, uma vez que o Fatah manteve seu controle sobre o governo da Cisjordânia e que o Hamas fez exatamente a mesma coisa em Gaza. Isso não nos deixa outra opção além de remeter toda a questão ao povo palestino, com um retorno às disposições dos estatutos da OLP, através do mecanismo eleitoral, que é o ponto de partida necessário para sair deste impasse e resolver a equação interna da política

palestina de maneira democrática.

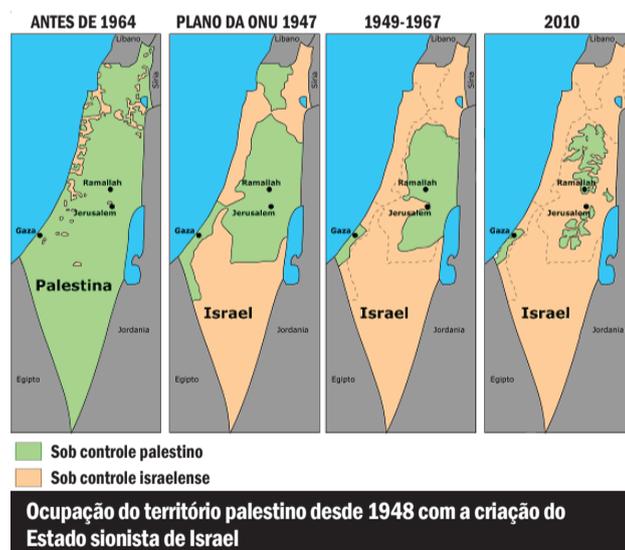
3 O apelo a esta opção também retira sua legitimidade da necessidade de reconstruir (reconstituir) a OLP sobre a base de uma visão nacional global que restabeleça a concordância entre a questão da Palestina, sua terra, seu povo e sua causa, a partir da unidade do povo da Palestina em todos os seus lugares de residência. E a necessidade de passar da estratégia de luta por uma parte da terra apenas, para a luta pela terra inteira e à luta pelos direitos nacionais palestinos, tanto individuais quanto coletivos.

4 O apelo à eleição de um Conselho Nacional Palestino implica em enfatizar a separação funcional e administrativa entre a OLP e a Assembleia Nacional Palestina (parlamento da Autoridade Palestina – NdT), o que devolve ao nosso movimento nacional seu caráter original de movimento de libertação nacional, a partir da unidade do povo palestino, e restaura o laço entre o povo, a terra e a causa.

5 O sistema interno da OLP (artigo 7) estipula que "O Conselho Nacional Palestino é a autoridade suprema da OLP, que define a política, os projetos e os programas da organização". Em consequência, a eleição de um conselho nacional

libertará todas as energias do povo palestino, consolidará o trabalho institucional e fortalecerá a direção coletiva e a democracia na ação nacional palestina.

Vamos nos unir em uma só voz por eleições abertas a todos os palestinos, onde quer que estejam, abrindo o caminho para a reconstrução da Organização de Libertação da Palestina como entidade de todos os palestinos".



O TRABALHO PT

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br